

FHC intensifica

1341 01

POLÍTICA

SEXTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2000

TURBULÊNCIA NO PLANALTO

Operação com ministros e aliados

Jose Paulo Lacerda/AE

Até o início da noite governo ainda não havia traçado estratégia de reação às acusações

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso intensificou ontem a operação com ministros e dirigentes de partidos aliados para tentar estancar as consequências políticas do caso Eduardo Jorge, que realimentou o discurso da oposição em favor de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as supostas ligações do Palácio do Planalto com a obra superfaturada e inacabada do Fórum Trabalhista de São Paulo. No início da noite, Fernando Henrique comandou uma reunião com quase todos os ministros. O Planalto divulgará mais uma nota oficial depois desta reunião.

De tarde, numa conversa por telefone com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Fernando Henrique recebeu a garantia de que o Congresso não será convocado extraordinariamente para investigar o caso. O pedido de convocação para a instalação de uma CPI foi feito pelo presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), e pelo presidente de honra do partido, Luiz Inácio Lula da Silva. “Eles poderão convocar o Congresso extraordinariamente quando tiverem os presidentes da Câmara e do Senado e forem maioria no Parlamento”, respondeu ACM, que passou o dia dando declarações eximindo Fernando Henrique de qualquer responsabilidade no repasse de verbas para o TRT.

Até o início da noite, quando



Em meio à crise política que estourou no Planalto, FHC recebe o presidente Ricardo Lagos, do Chile

so. A única decisão tomada era a de que, para evitar mais informações desencontradas, qualquer explicação só seria dada, a partir de ontem, pelo porta-voz da Presidência, George Lamazière, e pelo ministro do Planejamento, Martus Tavares.

A tensão do dia foi alimentada por boatos de toda a natureza, inclusive o que dava como certa a demissão de Martus Tavares. É que um dos pedidos de verba suplementar para o Fórum foi encaminhado ao presidente por iniciativa do então ministro

des na obra. “Desde então não saiu um só centavo, segundo o Ministério do Planejamento”, disse um assessor do Planalto.

Sem saber ao certo o que fazer, dirigentes do PSDB optaram pelo silêncio, acompanhando atentamente os desdobramentos do caso. Os ministros não disfarçavam a irritação com o fato de o caso Eduardo Jorge estar ficando cada vez mais próximo do presidente. “Acho fantástico machetes de jornais sobre o presidente pedindo alguma coisa, quando na verdade

cações para a deputada Marta Suplicy e outros membros do PT, que assinaram uma emenda destinando verbas para a obra? Eles também são culpados?” Enquanto seus ministros enfrentavam a imprensa, o presidente preferiu despistar os repórteres. Quebrou o protocolo e, depois de deixar Lagos no carro, seguiu à pé pelo lado de fora do Itamaraty até o seu carro. A segurança do presidente fez um providencial cordão de isolamento, impedindo a passagem da imprensa.

O ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, tentou despistar, mas reconheceu que há desgaste. “Essas coisas são desagradáveis, mas acontecem dentro do capítulo da vida brasileira e

TUCANOS
NÃO
DISFARÇARAM
IRRITAÇÃO

Chile será efetivado no Mercosul

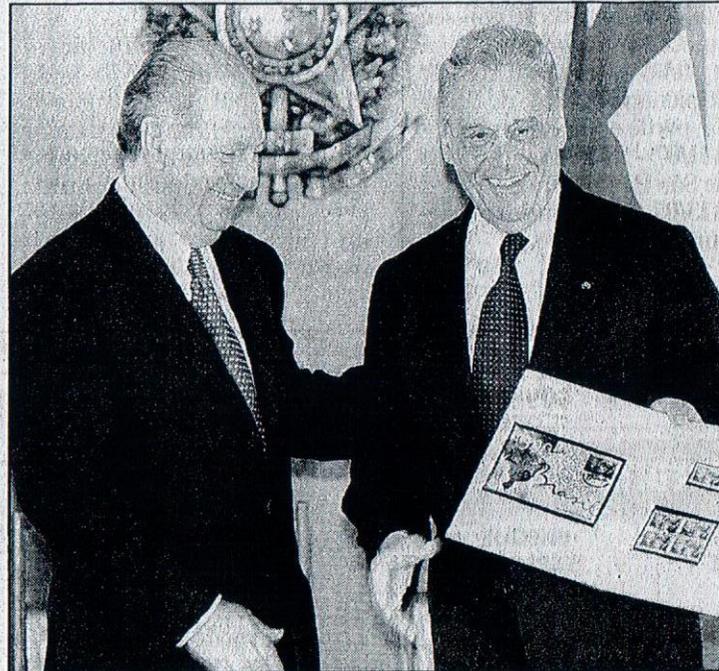
Pedido formal é confirmado e Brasil quer formalizar a adesão até dezembro

CLÁUDIA DIANNI
e DOCA DE OLIVERIA

BRASÍLIA – O presidente do Chile, Ricardo Lagos, confirmou ao presidente Fernando Henrique Cardoso que fará um pedido formal de adesão ao Mercosul. O objetivo do governo brasileiro, conforme informou o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, é concluir os termos da adesão do futuro parceiro até o final da presidência pró-tempore do Brasil no bloco, em dezembro. Segundo ele, em três anos, os produtos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai deverão circular livremente no Chile e vice-versa.

“Tenho confiança de que em breve o Chile deixará a condição de simples membro associado para tornar-se membro pleno do Mercosul e, no futuro, também a Bolívia”, disse Fernando Henrique, em seu discurso, durante almoço oferecido ao presidente chileno ontem, no Itamaraty.

Para o presidente do Chile, a adesão tem um peso político. “O Mercosul é muito mais que uma união aduaneira”, afir-



Fernando Henrique e Lagos: “No futuro, também a Bolívia”

PAÍS TEM
POUCO
RISCO
FINANCEIRO

mou Lagos. “É uma aliança estratégica pela qual a região fala ao mundo.” De acordo com Lampreia, o Mercosul ganha em qualidade com a adesão do Chile, porque esse país possui “grande credibilidade” no mercado internacional. “O conceito do Chile é superior a qualquer um dos quatro países do Mercosul”, disse. O futuro parceiro é classificado pelas agências internacionais como um país que não oferece riscos. Segundo explicou Lampreia,

quatro temas deverão ser considerados durante a elaboração das bases para a inclusão do Chile. A primeira é que o país terá de incorporar as regras do Mercosul. O ministro disse que qualquer divergência será estudada, mas que não deve haver dificuldades para isso. O segundo ponto é com relação à convergência macroeconômica. Lampreia afirmou que os chilenos deverão participar de todos os esforços de harmonização macroeconômica para uma futura união econômica e monetária do bloco.

Também deverá ser acelerado o acordo de livre comércio entre o Chile e o Mercosul, assinado há dois anos. Esse acordo

prevê a redução gradual, até chegar a zero, da tarifa comercial entre o Chile e o Mercosul, como funciona atualmente no bloco, com exceções para alguns produtos.

O ponto mais delicado da adesão do Chile ao Mercosul é a diferença das tarifas de importação de produtos de terceiros mercados. A Tarifa Externa Comum (TEC) média do Mercosul é de 14% e a do Chile é de 9% e deverá baixar para 6%, nos próximos anos. Segundo Lampreia, será preciso que o Chile baixe as tarifas de importação para mais de mil produtos.

O presidente Lagos reafirmou que o país não vai aumentar o imposto de importação. Segundo ele, a escala descendente das tarifas no Chile é uma matéria de lei, que tem de ser submetida ao Congresso. Conforme afirmou Lampreia, a harmonização das tarifas de importação deve acontecer num prazo entre 5 e 10 anos, porque há outras negociações em curso, com a União Européia, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os chilenos também querem continuar a negociar com outros países e blocos individualmente. Eles possuem acordo de livre comércio com México, Canadá e todos os países da América do Sul, menos a Bolívia. Estão ainda negociando com os Estados Unidos, a União Européia, o Japão e a Coreia do Sul. (Colaborou Eugênia Lopes)